

**PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA. CONTRIBUTO PARA A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA
ELABORADO PELA AMAL-COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE**

NOTA PRÉVIA

Os municípios do Algarve e a sua Associação, a AMAL, têm estado na primeira linha do combate à crise pandémica. Neste sentido temos procurado encontrar, com a colaboração da Universidade do Algarve, as melhores soluções para que a região recupere e fique mais bem preparada para o período pós-Covid.

A AMAL efetuou um levantamento das necessidades e intenções de investimentos propostas pelos Municípios do Algarve, de acordo com as prioridades fixadas pela EU e por Portugal para o próximo período de programação. Trata-se de um leque de projetos muito rico e diversificado, o que antecipa a utilização de diversos instrumentos que estarão disponíveis nos próximos anos. Em síntese, importa combinar:

- (i) um período de programação em curso (2014-2020), com encerramento no horizonte 2023, níveis de compromisso elevados, mas uma trajetória de execução que tem revelado insuficiências e questiona a adequabilidade da regulamentação às especificidades regionais;
- (ii) um novo período de programação (2021-2027), subordinado a um quadro de prioridades (Objetivos da Política de Coesão) que são exigentes nas tipologias de operação, sobretudo, sustentabilidade territorial, ação climática, mobilidade e energia;
- (iii) um Programa Específico para o Algarve, anunciado pelo Senhor Primeiro-Ministro, com conteúdo ainda não definido, no valor de 300 milhões de euros. Este anúncio decorre da necessária diversificação da economia regional, salvaguardando a importância estratégica do turismo para a balança comercial e no emprego, por forma a alargar a base de suporte de atividade e a criação de riqueza;
- (iv) o Plano de Recuperação e Resiliência, PRR 2021-2026, um instrumento de programação extraordinário, com alguma autonomia e regras próprias e que agora apreciamos

1. APRECIÇÃO GENÉRICA

A avaliação geral efetuada aos objetivos, orientações e pacote financeiro proposto para o período 2021- 2026 é naturalmente positiva. A sua aplicação efetiva resultará numa melhoria geral nos indicadores de desenvolvimento do País.

No que se refere ao Algarve saúda-se a inscrição como prioritário, na componente 9 do PRR – Gestão Hídrica, o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve. Trata-se de prosseguir a resolução de um dos mais graves problemas que a região enfrenta, perspetivando um futuro mais sustentável e resiliente.

Releva-se ainda a inscrição no PRR, na sua componente 7-Infraestruturas, a ligação transfronteiriça entre Alcoutim e Sanlúcar del Guadiana, que representará um importante investimento promotor do desenvolvimento do interior, e a Variante a Olhão da EN 125. De referir ainda, pela positiva, a referência às intervenções nas Serra de Monchique e de Silves na componente 8- Florestas.

Apesar destes exemplos pontuais considera-se que o PRR tem de ir muito mais além no seu contributo para a Recuperação e Resiliência da Região do Algarve. Trata-se da região do país mais afetada pela pandemia¹. A recessão no Algarve teve sensivelmente o dobro da intensidade do que a média do país. Por isso num programa de recuperação e resiliência dever-se-á ter em consideração esta realidade e discriminar positivamente a região do Algarve.

Tendo presente esta situação, respeitando a estrutura proposta pelo PRR e tendo em conta o curto período para a realização de despesas no âmbito deste Plano, apresentamos o nosso contributo para a discussão pública através das propostas que se seguem. Assentamos o nosso contributo nas componentes que consideramos essenciais para o futuro desta Região.

¹ INE, 24 de fevereiro de 2021- COVID-19: como a pandemia afetou as economias regionais em 2020. Logo na primeira página refere-se “Entre março e dezembro de 2020, verificou-se, em Portugal, uma variação homóloga de (-14,3%) no valor da faturação, destacando-se com valores superiores à média nacional, o Algarve (-27,4)...)”

2. PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AO PRR

2.1. A DIMENSÃO RESILIÊNCIA

Componente 1 – Saúde

Hospital Central Universitário do Algarve

O Hospital Central do Algarve constitui a principal reivindicação da região desde há uns anos, em virtude de ser a maior necessidade sentida pela sua população. Trata-se, também, de um equipamento decisivo para a consolidação de um setor estratégico para a região – o da saúde e bem-estar, porquanto potencia a competitividade regional e assegura, localmente, funções de qualificação e atração territorial de investimento, de emprego qualificado e de coesão social. É por isso decisivo para a Recuperação e Resiliência da Região.

A sua concretização no horizonte temporal do PRR será possível se a parceria público privada para a construção prosseguir. Neste caso assegurando em sede de PRR o financiamento do equipamento. Este projeto desenvolve-se no quadro de uma resposta integrada para o novo Hospital Central Universitário do Algarve, que articula com as valências e serviços hospitalares existentes em Faro, Portimão, Lagos e São Brás de Alportel. Neste particular merece menção o Projeto qualificado de diferenciador pela AMAL referente à reinstalação e qualificação do Hospital Terras do Infante, em Lagos.

Ainda nesta componente importa garantir na região o alargamento das redes de cuidados de saúde primários, de cuidados continuados integrados e de cuidados paliativos. Nesta área os projetos de investimento devem igualmente integrar a requalificação dos centros de saúde, adotando estruturas inovadoras com um âmbito académico e científico, promovendo a melhoria contínua dos cuidados e em alguns casos a construção de novos edifícios, assegurando melhores condições operacionais no quadro da transferência de competências para os Municípios.

Componente 2 – Habitação

A dimensão do problema Habitação na região e o estrangulamento que representa para o seu desenvolvimento económico justifica que se crie, nesta componente do PRR, um Programa específico “Reforço da Oferta de Habitação apoiada no Algarve”. O suporte da sua

operacionalização será a Estratégia Regional de Habitação², suportada nas 16 Estratégias Municipais, abrangendo habitação, social e a custos acessíveis, e reabilitação do edificado a colocar no mercado de arrendamento³. O valor estimado para este Programa seria 200 M€.

Significativo e necessário para a Região é ainda, neste âmbito, o reforço da oferta de alojamento estudantil essencial para a projeção internacional e desenvolvimento estratégico da Universidade do Algarve.

Componente 3 – Respostas Sociais

Merece destaque desta componente a necessidade regional de reforçar a rede de creches e infantários complementando a oferta privada com a pública.

Integrando esta componente é de grande importância para a Região os Investimentos em Acessibilidades. Nesta particular o Algarve dispõe de um Programa- “Algarve 4 All” que perspetiva de forma sistémica um conjunto de intervenções neste domínio.

Componente 5 – Investimento e Inovação

A dimensão da crise económica que o Algarve atingiu, de longe a mais severa do país, explanada no início deste parecer justifica que se criem dois Programas específicos para a Região no âmbito desta componente do PRR.

Trata-se em primeiro lugar de um **“Programa de Recapitalização Empresarial do Algarve”**. Procura-se injetar liquidez imediata nas empresas com vista a salvar as mais importantes, perspetivando a sua modernização e transformação produtiva. O montante a afetar a este programa seria 200M€.

Em segundo lugar justifica-se a criação do Programa **“Cluster do Mar do Algarve”**. Foram identificados no referido estudo AMAL-Universidade do Algarve diversos projetos diferenciadores neste domínio. Falamos do porto de cruzeiros de Portimão, desassoreamento

² Recorde-se que *Contributo da AMAL para a Estratégia Regional* (março de 2020) referenciava entre os projetos prioritários, o Programa Regional de Habitação (Mais Algarve - Habitação, um direito ao serviço do desenvolvimento regional)

³ A maior parte dos municípios do Algarve desenvolveu recentemente Estratégias Locais de Habitação as quais, embora centradas nas respostas a carências da esfera de atuação do Programa 1º Direito, contemplam a dinamização da oferta de habitação a custos acessíveis para outros segmentos da população.

do Arade até Silves, o porto comercial de Faro, o porto de recreio de Tavira, pequenos portos de pesca na Costa Vicentina, projeto do parque natural de coral a sul de Lagoa, Armação de Pera e Albufeira, as componentes investigação marinha, como a central de serviços e tecnologias na área do Mar, associado ao **Centro de Ciências do Mar** (CCMAR). da Universidade do Algarve, entre outros. Estima-se que se poderia afetar do PRR a este projeto 120M€.

Advoga-se um reforço e consolidação de projetos mobilizadores como o Algarve *Biomedical Center* (ABC), parceria entre a Universidade do Algarve o Centro Hospitalar Universitário do Algarve, potenciando o conhecimento na saúde, bem-estar e ciências da vida e sua transferência para o mercado, o *Digital Innovation Hub*, ancorado no futuro polo tecnológico do Algarve, com uma vertente de especialização em Destinos Inteligentes.

No interior da Região advoga-se um Programa de cobertura de rede digital a todo o território de forma a contrariar as tendências de despovoamento e aproveitar oportunidades claras de uma estratégia regional de coesão territorial.

Componente 6 – Qualificações e Competências

Em matéria de qualificações, competências e emprego, releva-se a modernização da oferta e dos equipamentos do ensino e formação profissional, decisivo para a valorização do trabalho e das profissões, bem como a agenda para a promoção do trabalho digno, matéria em que a região apresenta défice estrutural.

Componente 7 – Infraestruturas

Nesta componente a AMAL classificou como projetos diferenciadores a serem concretizados a criação da Área de Negócios do Sotavento e a estruturação, dinamização e promoção das áreas de acolhimento empresarial, em linha com os domínios de especialização da RIS3 regional, que integram a plataforma Algarve Acolhe.

Sob a designação de missing links, circuitos logísticos ou turísticos a região prevê diversas intervenções/requalificações como sejam as da EN 125 sotavento, na EN 124, na EN 2 (troço São Brás de Alportel-A22), na ER 268 (Costa Vicentina), IC 27 (Alcoutim-Mértola), entre outras.

Componente 8 – Florestas

No âmbito do plano de Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulnerável, defende-se o alargamento a toda a serra do Caldeirão das intervenções previstas para a serra de Monchique, dada a sua contiguidade e a premência de uma preservação integrada, face ao incontornável contributo para a biodiversidade e ciclo hidrológico tornando os sistemas mais resilientes e melhor adaptados às mudanças climáticas, sublinhando ainda tratar-se de áreas designadas no âmbito da Rede Natura 2000 e para as quais importa considerar a aplicação de mecanismos de remuneração dos serviços prestados pelos ecossistemas.

Componente 9 – Gestão Hídrica

Considera-se que se justifica um reforço da dotação financeira do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve. Para além das necessidades de reforçar o pacote municipal para redução das perdas em baixa, continua a fazer sentido reforçar a capacidade de armazenamento do sotavento Algarvio através da construção de açudes e pequenas barragens de retenção como a de Foupana, do Monte da Ribeira(São Brás de Alportel), ou reaproveitamento da água do Canal do Mira (Aljezur).

2.2. A DIMENSÃO TRANSIÇÃO CLIMÁTICA

Componente 10 – Mobilidade sustentável

O mais importante do nosso ponto de vista será a Ligação ferroviária do Aeroporto Internacional de Faro à Linha do Algarve e desenvolvimento do estudo de traçado de ligação do Algarve a Andaluzia.

Em simultâneo deverá ser contemplada a aquisição de material circulante ferroviário compatível com a eletrificação da linha do Algarve.

Propõe-se, ainda, a inclusão de investimentos no domínio de transportes públicos rodoviários mais ecológicos, nomeadamente elétricos, a desenvolver com e pelos Municípios.

3. **NOTA FINAL**

A concretização deste ambicioso conjunto de investimentos recomenda que se invista em alterações às formas de governação. Advogamos a constituição de uma pequena estrutura (de missão?/ task force?) mais flexível, a partir da AMAL e da CCDR Algarve que permitam acelerar e monitorizar a concretização destes investimentos.

Este alerta sinaliza tão só a necessidade de ter presente, nos processos de escolha, a constelação de requisitos a assegurar para a realização bem-sucedida dos projetos, considerando também a dinâmica de respostas de mercado na execução das obras e dos investimentos no seu conjunto.